Órgão Oficial do Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores de São Paulo

n.º 43

PT São Paulo

Junho 1987

Cz$ 8,00

Na mesma praça
A mesma luta
O mesmo grito

Contra Sarney e a Dívida

DIRETAS-JÁ!

Dia 9 de julho, 20h30, assista ao PT na TV

Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa
Fundação de Ciências e Letras de Assis
Cedap
unesp

Gente nova na luta da categoria

Mais de 200 pessoas, representando diversas entidades da sociedade civil, prestigiaram a solenidade de posse da nova diretoria do Sindicato dos Jornalistas, no último dia 4 de maio. O ato foi marcado pelo compromisso da nova diretoria na luta pela verdadeira democratização do país e pela implementação de um programa que defenda, de forma inalienável, os interesses dos jornalistas e de todos os trabalhadores brasileiros.

*O repórter Chico Damaso, do **PT-São Paulo**, entrevistou o novo presidente do Sindicato dos Jornalistas, Robson Moreira, 33, e dele ouviu a reafirmação dos compromissos da nova diretoria com relação à defesa dos interesses de sua categoria e de todos os trabalhadores.*

Foto Hugo Scotte

Robson: "O jornalista precisa ter consciência de que é trabalhador."

PT-SP - Hoje, através dos abaixo-assinados de emendas populares à Constituinte, a sociedade se mobiliza para tentar dar um caráter mais democrático a tópicos como reforma agrária, direitos dos trabalhadores etc. Um tema muito importante, e que parece estar à margem deste processo, é a democratização dos meios de comunicação. De que forma o Sindicato dos Jornalistas está encaminhando esta luta?

Robson - Apesar de considerarmos de extrema importância temas como reforma agrária, reforma urbana, direitos dos trabalhadores e outros, estamos procurando chamar a atenção da população para a democratização dos meios de comunicação. A defesa deste tema é fundamental para toda a sociedade brasileira. É exatamente porque não existe democracia nos meios de comunicação que os sindicatos, os trabalhadores e os movimentos populares continuam sendo sufocados por aqueles que monopolizam a informação. Não é à toa que hoje, ministros de estado, deputados e o próprio presidente da República sejam concessionários de televisões e rádios. Nós queremos tirar das mãos do governo este poder. Neste sentido, já apresentamos uma proposta de criação de um Conselho Nacional de Comunicação Social. A ele caberia a elaboração de uma política de comunicação social para o país. Pela nossa proposta, que não foi contemplada no relatório da Subcomissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação, este conselho seria formado por segmentos da sociedade. É a fórmula para acabarmos com o monopólio da informação. Nossa proposta será apresentadà à população e tentaremos obter as 30 mil assinaturas necessárias para apresentá-la à Constituinte. Entendemos que só pela pressão popular esta Constituinte avançará.

PT-SP - De um mês e meio para cá, tem crescido o número de censura velada ao trabalho dos jornalistas. Que postura o Sindicato adotou quanto a estes lamentáveis episódios?

Robson - Apesar de boicotado permanentemente pelos meios de comunicação, o Sindicato já se manifestou várias vezes sobre este tema. Através dos meios que temos para chegar à categoria e à população em geral, estamos protestando contra mais este autoritarismo dos governantes da "Nova República". Inclusive mandamos uma nota oficial para todos os jornais sobre os casos da TV Gazeta e a política "democrática" do governador Orestes Quércia; da esquizofrenia do prefeito Jânio Quadros; da prepotência do Consultor Geral da República, Saulo Ramos, que processa um jornalista com base na Lei de Imprensa; e da pressão do ministro Antônio Carlos Magalhães sobre a TV Record, que resultou na extinção do programa "Jogo de Carta", dirigido por Mino Carta. Nossa nota, como sempre, foi ignorada.

PT-SP - O atrelamento dos sindicatos ao Estado tem proporcionado a perpetuação de pelegos-entreguistas em alguns sindicatos. O que o Sindicato dos Jornalistas pretende fazer para alterar este tipo de estrutura?

Robson - Estamos empenhados na luta pela autonomia e liberdade sindicais. Isto significa a consequente aprovação da Convenção 87 da OIT. Queremos nossa independência. É preciso que as categorias se conscientizem de que serão elas que irão sustentar seus sindicatos combatentes e de luta, se assim quiserem.

Hoje existem várias entidades que nada têm a ver com os trabalhadores, embora eles sejam obrigados a sustentá-las. Queremos que os trabalhadores mantenham as entidades que os representem e não aquelas que o Estado acha que devem existir. Em se adotando a Convenção 87, as entidades que não trabalharem pelos interesses dos trabalhadores vão sucumbir. É por isso que a CGT treme nas bases quando ouve falar da 87.

Os povos contra a dívida

A organização de uma Jornada Continental de Luta contra o pagamento da dívida externa, na semana de 11 a 17 de outubro deste ano, foi a principal resolução da Conferência Sindical Latino-Americana e Caribenha sobre a Dívida Externa, realizada em maio passado, em Campinas.

O dia 15 de outubro deverá ser o "Dia Continental Contra o Pagamento da Dívida Externa", com a organização de atos, manifestações, debates e greves, envolvendo o conjunto da sociedade.

A conferência, que contou com a participação de representantes de 56 centrais sindicais da América Latina, Caribe e Europa, aprovou um documento final e um cronograma de lutas que certamente colocará os trabalhadores na ponta de lança desta importante batalha antiimperialista. A seguir, um resumo do documento e das resoluções:

As consequências para a classe operária e para os povos de nosso continente da gigantesca dívida externa que alcança 382 bilhões de dólares, em um total de 1 trilhão de dólares de dívida dos países do Terceiro Mundo, se expressam na dura realidade das condições de vida, saúde, trabalho e educação das grandes maiorias populares.

Em cinco anos (1982-86), os países latino-americanos e caribenhos realizaram uma transferência líquida de recursos ao exterior no valor de 132 bilhões de dólares, ou seja, os pagamentos efetivados foram superiores neste valor aos empréstimos e investimentos recebidos. A América Latina, uma região empobrecida, transformou-se, por imposição dos bancos e do FMI, em exportadora de capitais para os países "ricos".

A dívida externa é a manifestação mais evidente da atual exploração imperialista; é a usura internacional, ilegítima e ilegal, já que as condições de contratação, especialmente a taxa de juros, são fixadas e modificadas de maneira unilateral pelos bancos internacionais e seus governos. É ilegítima também, pois os pagamentos realizados por juros e amortizações, o perdido através do intercâmbio desigual e a fuga de capitais superam amplamente o montante dos empréstimos.

A Conferência Sindical Latino-Americana e Caribenha sobre a Dívida Externa se pronuncia contra o pagamento da dívida e compromete seus esforços para que este objetivo seja assumido soberanamente pelos povos para encontrar os caminhos para a sua concretização.

O movimento sindical ocupa um lugar destacado nesta ação de resistência e deve contribuir com todas as suas forças para conquistar e consolidar sua unidade, assim como para encontrar mecanismos de cooperação e unidade com outras organizações sociais, partidos e movimentos políticos, setores da igreja e setores populares que sofrem as consequências da dívida externa, para que unidos possamos enfrentar e conseguir mudar essa situação insuportável.

A dívida externa constitui um impasse histórico para os povos da América Latina e do Caribe. Desta forma, o avanço da luta unitária dos trabalhadores contra o pagamento da dívida externa é absolutamente prioritário e fundamental para o futuro da classe trabalhadora.

Assim sendo, propomos e nos comprometemos:

1. Realizar uma campanha permanente contra o pagamento da dívida externa na América Latina e Caribe;

2. Realizar uma Jornada Continental de Luta contra o Pagamento da Dívida Externa no período de 11 a 17 de outubro de 1987, sendo o dia 15 de outubro "Dia Continental Contra o Pagamento da Dívida Externa", com atos, manifestações, debates e greves, envolvendo o conjunto do povo nesta luta; reconhecendo a importância da Jornada Continental do 23 de outubro como um dia de luta contra a dívida externa;

3. Apoiar e desenvolver a solidariedade concreta a todas as iniciativas nacionais e internacionais contra o pagamento da dívida externa;

4. Propor e preparar o ano de 1988 como Ano Internacional de Luta contra o Pagamento da Dívida Externa;

5. Realizar em 1988 uma nova Conferência Internacional sobre a Dívida Externa;

6. Apresentar e defender as resoluções desta Conferência na 73.ª Conferência Internacional do Trabalho da OIT que realizar-se-á no período de 1.º a 24 de junho de 1987;

7. Constituir uma comissão transitória para coordenar as ações aqui aprovadas e a Campanha Latino-Americana e Caribenha contra o pagamento da dívida externa, até a Conferênica de 1988.

A Secretaria de Organização do DR-SP estará promovendo, no próximo dia 26, o Encontro Estadual Aberto dos Jovens do PT, com o objetivo de contribuir para a elaboração de uma política específica para a juventude, através da criação de canais organizativos que permitam sua participação no Partido.

O Encontro será realizado, provavelmente, no Colégio Excelsior (Rua Baltazar Lisboa, 87, Vila Mariana), das 10 às 20 horas. Serão formados grupos de trabalho para discutir a questão da participação da juventude no PT, e a relação disso com temas que mais preocupam os jovens atualmente: mercado de trabalho, sexo, cultura etc.

•

Depois da greve que derrotou - no âmbito legislativo - o projeto do Governador Orestes Quércia de extinção do gatilho salarial, o funcionalismo público estadual precisa retomar sua campanha de mobilização para garantir novas vitórias nos planos econômico e político.

•

O vereador Onozor Ferreira - eleito em 82 pelo PMDB da cidade de Assis - indignado com a postura do Governador Orestes Quércia no recente episódio do gatilho salarial do funcionalismo público, deixou o PMDB e filiou-se ao Partido dos Trabalhadores.

A filiação do vereador Onozor Ferreira foi comemorada com uma solenidade na Câmara Municipal de Assis, que contou com a presença de lideranças do movimento popular daquele município e dos companheiros Gumercindo Milhomen e Paulo Frateschi, representando o PT.

•

A Plenária de Sindicalistas do PT será realizada nos dias 26, 27 e 28 de junho, na Associação dos Funcionários Públicos de Diadema, na Rua São Marcos, 183, em Diadema. Nesta oportunidade, serão discutidos o Congresso Estadual da CUT, a organização de núcleos por empresa e categoria, a relação partido-central sindical e as campanhas do PT. Mais informações com a Secretaria Sindical do DR/SP. Fones: 284-6823 ou 284-6522.

PT São Paulo

Editor responsável: José Américo Dias
Editor-executivo: Marco Antônio Piva
Redação: Bernardo Berá, Chico Damaso, Carlos Eduardo Carvalho, Fred Ghedini, Glauco Arbix
Fotografia: Hugo Scotte
Ilustração: Bira
Diagramação e Produção Gráfica: Breno Altman
Secretária: Patrícia Maria Cornils
PT São Paulo - Órgão oficial do Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores (rua Treze de Maio, 1.082, Bela Vista, São Paulo - telefones 284-6823/6522)

unesp Cedap Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa Faculdade de Ciências e Letras de Assis

Diretório Nacional do PT decide: Diretas Já!

O Diretório Nacional do PT, reunido nos dias 30 e 31 de maio, debateu a campanha de mobilização popular, o projeto de Constituição do Partido, a concentração de forças nas propostas de iniciativa popular e a conjuntura política. E a mais importante decisão do encontro foi, sem dúvida, a convocação da população para uma ampla campanha de mobilização por eleições **diretas já.** Desta forma, a atual campanha popular "Contra Sarney e a Dívida, Diretas para Presidente" ganha um novo impulso e deverá ter no comício do dia 12 de julho um de seus pontos altos. A bandeira das **diretas já** - o novo eixo de luta do PT - não invalida, porém, as iniciativas de caráter parlamentar que buscam a conquista deste objetivo. Nesse sentido, permanece válida a proposta do ante-projeto de Constituição do Partido que prevê eleições diretas para presidente seis meses após a promulgação da nova Carta do país.

Os membros do Diretório Nacional também aprovaram as resoluções sobre os abaixo-assinados de iniciativa popular. As emendas prioritárias são as seguintes: a) o PT concentrará força na coleta de assinaturas de três emendas de iniciativa popular. Duas são obrigatórias: a das diretas e a dos direitos dos trabalhadores; b) cada DR ou DM deverá definir a terceira emenda, de acordo com as necessidades locais, e entre os seguintes temas: reforma agrária, reforma urbana, dívida externa, participação popular, ensino público e gratuito, saúde, estatização do sistema financeiro, direitos do menor e democratização dos meios de comunicação; c) as planilhas de coleta de assinaturas estarão à disposição dos diretórios e militantes na primeira quinzena deste mês.

A Comissão Executiva Estadual decidiu sugerir que seja dada prioridade à emenda sobre participação popular, na escolha da terceira alternativa dos abaixo-assinados à Constituinte.

O papel do PT no encaminhamento dessas iniciativas é fundamental para mobilizar a população em torno de suas reivindicações. Com elas poderemos organizar comícios, manifestações, bancas regionais, trabalho de porta em porta, abrindo assim canais de diálogo com o povo e auxiliando diretamente em sua organização.

O descalabro do governo da "Nova República" e seus constantes ataques às condições de vida da população e à soberania da Constituinte encontrarão uma forte resistência no movimento popular e sindical. E o nosso Partido deve estar na linha de frente desta luta. Portanto, a coleta de assinaturas deve se dar de forma articulada com a preparação do grande comício do dia 12 de julho, na praça da Sé.

Bônus

Contribua com Cz$ 50,00 para o PT. Ajude a sustentar as campanhas políticas que estamos desenvolvendo. Converse com seus amigos em seu diretório, núcleo, local de trabalho, escola etc. Divulgue e venda o bônus do PT. Nosso partido precisa urgentemente recuperar suas finanças para ocupar plenamente suas responsabilidades políticas.

Dinheiro Já também é a nossa palavra de ordem para poder encaminhar a campanha de mobilização popular pelas **diretas já!** Entre em contato com o Diretório Regional de São Paulo. Nenhum companheiro pode ficar sem o bônus.

Vamos voltar à praça!

*A grande festa-comício em São Paulo pelas **Diretas-Já**, tem data marcada: 12 de julho, na Praça da Sé, das 14 às 19hs. Todo o interior do estado, a Grande São Paulo e a Capital estão esquentando a campanha política do nosso Partido, preparando atos regionais, passeatas, minicomícios e panfletagens, e convidando a população a se mobilizar por melhores condições de vida, contra a política do PMDB e da "Nova República" de Sarney, responsável por uma inflação de 900% ao ano e pela degradação da vida do trabalhador.*

Em todo o país, a campanha do PT começa a decolar. Na seqüência da Plenária de São Paulo, que reuniu mais de dois mil companheiros, Porto Alegre e Curitiba foram sacudidas por reuniões expressivas de militantes dispostos a discutir e a desenvolver a campanha nacional "Contra Sarney e a Dívida, Diretas para Presidente". E a oportunidade da campanha vem sendo plenamente confirmada pela incapacidade do governo em atender as reivindicações mais elementares da população e pela profunda crise política, econômica e social que vive o país.

O PT tem uma posição clara: nem mais um minuto para Sarney, o representante da Aliança Democrática, do grande acordo com os militares, que fala em democracia mas age como um déspota ao afrontar a Constituinte fixando, ele mesmo, seu mandato. Nem mais um minuto para Sarney que prometeu uma "Nova República" e se recusa a romper com a política da velha, que tem o rabo preso na rede da corrupção e que se submete ao FMI e aos banqueiros contra os interesses do povo.

*O PT convida todos os partidos, entidades sindicais e democráticas e personalidades da sociedade civil a se mobilizarem pelas **Diretas-Já**. Um bom início é o apoio à iniciativa popular que pede eleições diretas para presidente. Se acatarem esta proposta, os constituintes estarão respeitando a vontade do povo e, de alguma forma, poderão romper com a imagem de "fiéis serviçais" do governo.*

*Nos atos e manifestações convocados pelo PT, no programa regional de TV que irá ao ar no dia 9 de julho, às 20h30, nos panfletos, cartazes e no grande comício da Praça da Sé, estaremos juntamente com milhares de trabalhadores, denunciando o desastre social promovido pelo governo e exigindo o atendimento das reivindicações populares, começando pela efetiva democracia: **Diretas-Já.***

GRANDE FESTA PELAS DIRETAS-JÁ
Dia 10 de julho, às 20:00 hs
Clube das Bandeiras - R. Cristiano Viana, 950
Cz$ 50,00 (ingressos à venda no Diretório Regional).

unesp Cedap Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa Faculdade de Ciências e Letras de Assis

A conspiração do Planalto

O "fico" de Sarney pisoteia a Constituinte e fortalece os militares. Os conservadores vencem a batalha nas subcomissões e dão o perfil da nova Constituição. É hora da classe trabalhadora reagir - no plenário e nas ruas. E o anteprojeto de Constituição do PT é um instrumento desta luta.

Mais uma vez a história se repete - como farsa em vez de tragédia. Certamente inspirado no imperador D. Pedro I, José Sarney ocupou a televisão dia 18 de maio e declarou o seu "fico". Para desgosto do povo e infelicidade geral da Nação, o presidente biônico decretou que se manterá no poder até 1990, tratando a questão como coisa já decidida e, assim, num só golpe, pisoteando mais uma vez a já castrada Assembléia Nacional Constituinte.

O episódio, grotesco, não fez mais do que confirmar o perfil autoritário da Nova República e conferir maior atualidade ainda à campanha que o PT desenvolve "Contra Sarney e a Dívida, Diretas para Presidente". Mas não apenas isso. A tentativa de golpe de Sarney - uma farsa que também pode se completar como tragédia - correspondeu uma operação do presidente e seus aliados no plano da Constituinte no sentido de manobrar para impedir que passassem nas subcomissões propostas progressistas. Assim, o resultado da primeira fase de elaboração da Constituinte reflete, de fato, as pretensões da classe dominante no sentido de transformá-la no cenário da transição conservadora.

Neste quadro, cresce ainda mais a importância da mobilização em torno das chamadas "iniciativas populares" e do próprio projeto de Constituição elaborado pelo PT.

Espelhando juridicamente as atuais principais reivindicações da classe trabalhadora nos terrenos político, econômico e social, o projeto deve constituir, como afirma a sua exposição de motivos, assinada pela bancada de deputados federais do partido, "um instrumento a mais na luta pela construção, em nosso País, de uma sociedade justa, sem exploração, e democrática". Ao todo, são 269 artigos, grande parte deles detalhando importantes direitos e garantias fundamentais para os cidadãos, rompendo com a tradição jurídica erigida pela classe dominante brasileira que consiste em abrigar na letra enunciados genéricos de aparência democrática ao mesmo tempo em que contradiz estes mesmos enunciados na realidade legal cotidiana da luta de classes.

Proposta realista

Segundo o advogado Pedro Dallari, membro da Comissão Constitucional do partido que sistematizou o projeto (1), este texto "é feito para o quadro atual brasileiro, para o estado capitalista, visando criar instrumentos que facilitem o surgimento de condições para o desenvolvimento da luta pelo socialismo". Portanto, não se trata de instaurar uma nova ordem por decreto, através desta via." Ele explica: "O projeto é o resultado da demanda e da pressão dos movimentos populares e sindical, sendo um instrumento de incidência do PT na realidade atual no âmbito da Constituinte, combinado com a campanha de mobilização do partido."

Para exemplificar, Dallari cita o caso da luta pelas eleições diretas, forma de eleição que está refletida na Constituição proposta pelo partido. Da mesma forma, está contemplada uma série de bandeiras da classe trabalhadora, em particular do movimento sindical.

Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, atual diretor e candidato à presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, afirmou ao PT - São Paulo que considera fundamental esta maneira de abordar os direitos dos trabalhadores a nível da Constituição. "Vivemos num País capitalista em que se aprovam títulos que não se concretizam nas leis ordinárias", diz ele. É o que acontece, por exemplo, com a greve, direito teoricamente reconhecido já pela Constituição atual mas que é inibido totalmente pela lei "antigreve" ainda em vigor. "O que está sempre em jogo são os interesses de classe", avalia Vicentinho.

Liberdade Sindical

Sobre este assunto, o projeto do PT afirma: "Aos trabalhadores e servidores públicos, de qualquer gênero ou categoria, é assegurada a liberdade de paralisar coletivamente, a prestação do trabalho ou do serviço funcional... A lei não poderá restringir ou condicionar o exercício desta liberdade ao cumprimento de deveres ou ônus... A manifestação de greve, enquanto perdurar, não acarretará na suspensão dos contratos de trabalho, ou da relação de emprego público... A prática de ilícitos penais, civis ou administrativos em período de greve ensejará a responsabilização do infrator; mas em caso algum a paralisação coletiva do trabalho será considerada, em si mesma, um crime" (Artigo 59).

Outro exemplo importante é o da luta pela liberdade sindical. O projeto do PT, em seu artigo 58, estabelece que "é livre a associação sindical de trabalhadores e servidores públicos, de qualquer gênero ou categoria, proibida a exigência legal de autorização do governo para a fundação de sindicatos, bem como toda e qualquer interferência governamental na definição da sua estrutura e no seu funcionamento". "Tudo isso está ligado à luta atual do movimento sindical", diz Vicentinho, que é também membro do Departamento Metalúrgico da Central Única dos Trabalhadores (São Paulo).

Instrumento de Mobilização

Não há, portanto, uma separação entre a elaboração do partido no terreno constitucional e a luta que ele, seus organismos e militantes impulsionam no movimento cotidiano da classe trabalhadora. Pelo contrário, trata-se de um mesmo processo.

A este propósito, a exposição de motivos do projeto afirma claramente o seguinte: "Temos consciência que a proposta do PT apresenta lacunas, limitações e imprecisões. Queremos revelar, publicamente, que no seu processo de elaboração a participação do conjunto do partido, embora relevante para os padrões da política brasileira, não se deu plenamente da maneira que o PT procede na tomada de suas deliberações mais importantes. A discussão no interior do partido não cessará com a apresentação do Projeto de Constituição, mas, pelo contrário, o debate no meio da sociedade e da própria Assembléia Nacional Constituinte possibilitará aos petistas o aperfeiçoamento dos postulados básicos da sua proposição."

"O objetivo fundamental é tentar resgatar e ampliar as conquistas da classe trabalhadora", afirma Perseu Abramo, membro da Executiva Nacional do PT, "reforçando, nessa linha, a sua mobilização e a sua organização". Com base nesta compreensão sobre o projeto de Constituição, é possível aos militantes petistas não apenas debatê-lo nas instâncias do partido, mas também utilizá-lo para mobilizar e organizar a classe trabalhadora na luta pelo atendimento de suas reivindicações.

Bernardo Bera

(1) O trabalho da Comissão constitucional teve como texto subsidiário o projeto de Constituição elaborado para o partido pelo professor Fábio Konder Comparato, aparesentado em fevereiro do ano passado.

unesp Cedap Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa Faculdade de Ciências e Letras de Assis

Ferrovia Norte-Sul

Os trilhos da corrupção

A construção da Ferrovia Norte-Sul, mais do que simplesmente um novo escândalo do governo (seja por causa da concorrência fraudulenta, ou ainda porque "vai passar do lado das terras do Sarney") representa a continuidade de uma política econômica contrária aos interesses dos brasileiros, centrada no mecanismo perverso do pagamento da dívida externa e expressa na manutenção dos vários acordos dos governos militares com os países imperialistas.

Esta é a conclusão que se pode tirar da longa entrevista que o repórter ***Fred Ghedini*** *fez com o geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira para o* ***PT-São Paulo.*** *Nos trechos que publicamos aqui, Ariovaldo (veja alguns dados sobre o trabalho do pesquisador no box) contesta a necessidade da ferrovia e mostra como o governo Sarney nada mais faz do que investir o dinheiro arrancado do povo através dos impostos (o Fundo Nacional de Desenvolvimento) na construção dessa obra que, além de custar mais do que a implantação da hidrovia, só tem a vantagem de ficar pronta mais rapidamente para exportar grãos (principalmente soja) para os japoneses, barateando em muito o preço dos fretes.*

Ariovaldo Umbelino de Oliveira *(foto) é geógrafo, formado pela USP em 1970 e filiado ao PT. Está preparando uma tese de livre-docência sobre a ocupação da Amazônia a partir das estratégias adotadas pelos governos militares, onde descreve os processos de ocupação do solo através dos tristemente famosos "incentivos fiscais" - que repassaram (e ainda o fazem) grandes somas de dinheiro às mãos do capitalistas, para a grilagem de terras e investimentos nos seus próprios negócios. Estuda também seus resultados: violência contra os posseiros, genocídio das nações indígenas, devastação da natureza e pilhagem das riquezas nacionais.*

O governo diz que a ferrovia Norte-Sul, ligando a ferrovia de Carajás, que vem do porto maranhense de Itaqui, a Brasília, é prioritária neste momento. Você concorda com esta afirmação?

Falando primeiro de um ponto de vista técnico, se tomarmos a malha ferroviária brasileira, nós vamos ver que a prioridade maior seria a modernização e integração das ferrovias já existentes, em particular no centro-sul, que estão longe de atender às necessidades do transporte de grandes quantidades de carga com rapidez. E essa seria a prioridade do governo, seguramente, se a economia do país estivesse voltada para a satisfação do mercado interno. Acontece que o sistema é voltado para a exportação (a famosa frase do Delfim Neto continua totalmente atual neste sentido: "exportar é o que importa").

Mesmo que fosse para exportar, não seria mais barato utilizar as hidrovias?

Sem dúvida. Além de concorrer com a rodovia Belém - Brasília, a Norte-Sul vai ficar entre os rios Araguaia e Tocantins, cuja navegabilidade já está prevista no programa Grande Carajás. Para isso, falta construir a barragem de Santa Isabel-Tucuruí e algumas outras obras complementares. Os gastos totais seriam equivalentes ao custo anunciado da ferrovia. Além disso, a hidrovia é um sistema com vida útil maior (50 anos contra 30) e quatro vezes mais econômico do que a ferrovia.

E a questão da reforma agrária? O ministro José Reinaldo Tavares, dos Transportes, chegou a dizer que a ferrovia iria contribuir para a realização da reforma agrária na região atingida.

Isto é uma outra grande balela. A hidrovia traria benefícios muito maiores às regiões atingidas, a custos muito menores. E depois, se é para falar em reforma agrária (e este é um dos problemas cruciais para se resolver no país), porque não investir este dinheiro que será gasto na ferrovia diretamente na reforma? Segundo os cálculos realizados por especialistas, o dinheiro da ferrovia daria para implantar a terça parte de todo o plano nacional de reforma agrária do governo, de 1985 a 89, com assentamentos, infra-estrutura e crédito aos agricultores.

Então, qual a razão da ferrovia? Seria para beneficiar as terras dos fazendeiros da região, entre eles o próprio Sarney?

Na verdade, essa questão de beneficiar as terras do Sarney é mera cortina de fumaça, lançada pelos interessados em confundir a população, para que não veja o que está realmente acontecendo. No meu entender, a história é bem outra e começa em 1974, na visita do então presidente, general Ernesto Geisel, ao Japão. Naquela ocasião o governo militar, entre vários outros acordos (ferro e alumínio de Carajás, celulose e papel no Espírito Santo) estabeleceu com o governo japonês o Programa Nipo-Brasileiro de Cooperação para o Desenvolvimento Agrícola - Prodecer, para a ocupação da região central do país: Minas Gerais (do Triângulo Mineiro à região Noroeste do Estado); Oeste da Bahia; Goiás; Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O objetivo: produzir grãos, principalmente soja, para exportação, tendo o Japão como um dos maiores clientes. Para viabilizar os acordos, o próprio governo Geisel implantou, através do II Plano Nacional de Desenvolvimento (74 a 79) o Pólo Amazônia (para projetos agrominerais e agropecuários, entre os quais está Carajás) e o Pólo Centro. Este último está bem adiantado e o cerrado já é hoje a principal região brasileira produtora de soja, deixando o Rio Grande do Sul para trás. A meta era plantar grãos em 60 milhões de hectares, uma área equivalente a dois Estados de São Paulo. Os japoneses, através da **Japan International Cooperation Agency - Jica** coordenam a implantação em Minas Gerais de quatro projetos de cultivo da soja: uma comunidade só com japoneses, outra só com população local, outra com sulistas (gaúchos e paranaenses, fundamentalmente) e outra mista, para testar a produtividade de cada comunidade. A empresa brasileira que funciona como agenciadora é a Companhia de Promoção Agrícola - Campo, que reúne, além dos agricultores, capitais do Banco do Brasil, Cibrazem, Bamerindus, Banco Econômico, Banco Nacional, Cica Norte, Manah; Eucatex, Solorrico, Brahma e Companhia Vale do Rio Doce, através da "holding" Brasagro. O projeto inicial previa a imigração de cerca de 2 milhões de japoneses para ocupar esses 60 milhões de hectares, o que acabou provocando uma CPI no Congresso em 1980. O governo mudou então a estratégia de ocupação da região, mas o projeto foi mantido integralmente.

Mas essa produção não poderia ser escoada pelo Sul?

Poderia ser escoada pelo Centro-Sul, como vem sendo até agora. Ou ainda por hidrovia. Acontece que a hidrovia demoraria muito mais do que os três anos previstos para a ferrovia ficar pronta (tem que fazer barragem e outras obras demoradas). Por outro lado, o escoamento da produção pelos portos do Rio e Santos ou mesmo Paranaguá, como vem sendo feito, aumenta em muito o valor do frete. Para se ter uma idéia, a distância a percorrer da região produtora até a altura da costa maranhense, somando-se a distância por terra (mais de mil quilômetros) e por mar (3,5 mil quilômetros) daria em média 5 mil quilômetros. Com a Norte-Sul, essa distância fica reduzida a uma média de 1,7 mil quilômetros. Como termo de comparação, o minério de ferro extraído de Carajás e exportado para o Japão paga um frete de 18 dólares por tonelada, enquanto o minério do Sul do País paga o frete de 70 dólares a tonelada (dados do **Jornal da Tarde** de 18 de maio). Enfim, o governo vai investir dinheiro do povo brasileiro arrecadado principalmente através do compulsório sobre os combustíveis e automóveis (o Fundo Nacional de Desenvolvimento-FND) para baratear o frete da nossa soja para os japoneses.

E por que os japoneses?

Acontece que o Japão tem um parque industrial totalmente dependente do exterior em termos de matérias-primas. Ao mesmo tempo, eles necessitam de produtos agrícolas, particularmente o farelo de soja, para usar como ração na criação de aves e suínos. Finalmente, porque o Japão tem acumulado grandes superávits comerciais. Com todo esse dinheiro para investir, eles estão hoje "ajudando" os países endividados do Terceiro Mundo na reciclagem de suas dívidas externas. Assim é que, no último dia 22, a imprensa noticiava que o Japão iria destinar 29,5 bilhões de dólares dos 100 bilhões que tiveram de superavit em 86 para a reciclagem da dívida, citando em particular o Brasil e México como alvos principais desses investimentos.

Quer dizer que a Norte-Sul acaba estando relacionada com a dívida?

É, está dentro da lógica da dívida externa que, como diziam o Delfim e o Simonsen, "não é para ser paga, é para ser administrada". O mecanismo é o seguinte: para pagar os juros da dívida, você tem que exportar cada vez mais. Para exportar, você tem que financiar a produção e vai ao exterior buscar recursos para construir a infra-estrutura necessária. Isso faz aumentar ainda mais a dívida. Na hora em que você vai vender a sua produção, a dívida funciona como um instrumento de coação, para que você venda seus produtos a preços mais baixos. É como um sujeito que está "enforcado" e vai vender o carro ou qualquer outra coisa ao primeiro comprador que encontra. Não há concorrência. Você vende pelo menor preço. É por isso que a Norte-Sul é um escândalo muito maior do que parece ser à primeira vista. Na verdade, o que o governo Sarney está fazendo é continuar uma política que foi implementada durante os governos da ditadura militar, de espoliar as riquezas nacionais, enquanto o povo brasileiro continua na miséria, amontoando-se nas cidades e vivendo em péssimas condições.

unesp Cedap Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa Faculdade de Ciências e Letras de Assis

Sarney compra apoio dos governadores com dinheiro público. FIESP grita mas continua abraçada ao governo. Indefinição da economia só prejudica a classe trabalhadora. Apresentar uma política alternativa é a nossa tarefa.

Colapso. Demagogia. Corrupção. Arrocho. A hora é de reagir.

Desta vez a Nova República inovou mesmo: Sarney partiu para comprar o apoio de governadores e políticos em geral, o que não é novidade no Brasil, mas anunciou isto de público para quem quisesse ouvir. Deixando de lado o escândalo que isto representa (e que parece não impressionar mais ninguém), trata-se de um fato importante para a definição dos rumos da política econômica nos próximos meses. Pelo menos até que a Constituinte se defina sobre os pontos essenciais que o governo persegue para seus objetivos políticos, o dinheiro público jorrará fartamente pelos diversos canais do governo federal.

Que o governo gaste não é algo ruim em si, como procuram fazer crer os reacionários do **Estadão** e nossos liberais de meia-tigela. Ruim é que o gasto seja feito de forma irresponsável, sem vinculação com projetos realmente necessários ao desenvolvimento econômico e social. Com a atitude do governo, cristalizada na aventura da ferrovia Norte-Sul, o governo ajuda a desmoralizar ainda mais a necessária intervenção do Estado na economia, fornecendo mais munição aos ideólogos da direita.

"A aventura da ferrovia Norte-Sul desmoraliza ainda mais a necessária intervenção do Estado na economia"

Mais concretamente, o derrame de dinheiro poderá ter conseqüências perigosas para a economia a médio prazo. De imediato, o gasto público acelerado poderá afastar por algum tempo a ameaça de recessão que vinha se delineando com alguma clareza nos últimos meses. Isto porque o dinheiro público ajuda a ativar a demanda em geral, principalmente em setores estratégicos como a construção civil. Afinal, os governadores querem apresentar obras a seus eleitores e contentar os grupos empresariais que sustentaram suas campanhas.

Mesmo a ferrovia e outras obras no estilo dela acabam aumentando as encomendas junto a diversos setores industriais, com reflexos positivos sobre o emprego e a geração de renda em geral na economia.

"O País vive um momento de grande indefinição sobre os rumos do seu desenvolvimento econômico"

Mas se trata apenas de uma perigosa cortina de fumaça, ocultando os problemas de fundo. Afinal, o País vive um momento de grande indefinição sobre os rumos do seu desenvolvimento econômico. A rigor, não há nenhum plano de crescimento nem de orientação do modelo de desenvolvimento que se quer. As ilusões do cruzado acabaram e o que reapareceu em seu lugar foi o mesmo país do final da ditadura, com os mesmos impasses. A ascensão de Bresser Pereira apenas clareou que o governo, diante dos mesmos problemas, quer implantar as mesmas soluções: priorizar as exportações para voltar a pagar a dívida; reduzir os salários dos trabalhadores e gastar os recursos públicos em obras de eficácia duvidosa para garantir sua base política.

Tudo isto significa que os problemas de fundo ficam de fato intocados. Para os capitalistas, isto é mau? Não necessariamente, a depender dos resultados a que se chegue. A FIESP já declarou, em alto e bom som, que não aceita recessão. Se este fantasma for afastado, meio caminho andado para eles. O outro problema crucial é impedir que a inflação escape ao controle de uma vez. Mas, se as taxas mensais ficarem em torno de 23%, por exemplo, um ganho o empresariado consegue: com o gatilho a 20%, se conseguirá o arrocho sem incorrer no desgaste de desmontar o gatilho.

Quanto ao relacionamento do governo com os grandes capitalistas, não se pode dizer que esteja ruim apesar das declarações de bravata. A FIESP em fevereiro pediu o fim do tabelamento e conseguiu a maior liberalização de preços dos últimos anos.

Recentemente, as montadoras de automóveis pediram a redução do compulsório e conseguiram, ameaçando com a recessão. Bresser estabeleceu a limitação de 80% da inflação para os aumentos de preços mas não há indicações de como isto será controlado, além da garantia de que "casos especiais" serão estudados pelo Ministério.

"A ilusão do cruzado acabou e reapareceu o mesmo país do final da ditadura, com os mesmos impasses"

Em resumo, o governo cedeu bastante e procura tranquilizar os setores mais influentes do capital. Promete atender reivindicações (como no caso das reuniões com os exportadores) e atende mesmo. Sob o ponto de vista destes setores, a situação não está tão ruim como procuram pintar. O que assusta a todos eles é um duplo risco: primeiro, que nestes vaivéns o governo acabe assistindo à erosão de sua base de sustentação política, caracterizando uma situação de perda de controle; segundo, que as medidas na economia não funcionem e a situação se deteriore - inflação explosiva, moratória prolongada da dívida externa, deterioração das finanças públicas etc.

É difícil prever o rumo dos acontecimentos a esta altura. É possível que o governo apresente breve um novo "choque" para estabilizar a inflação e impor perdas salariais reais, com vistas a estimular uma saída no estilo de Delfim Neto no início da década. É possível também que prevaleça o imobilismo, à espera de ajustamentos graduais da própria economia, como tantas vezes ocorreu no capitalismo brasileiro.

"É preocupante a dificuldade dos setores ligados aos interesses dos trabalhadores em apresentar propostas alternativas"

A rigor, a iniciativa governamental é muito pequena no momento. Resta ver se é uma postura deliberada ou a falta pura e simples de definições sobre o que fazer.

Muito preocupante mesmo é a dificuldade dos setores ligados aos interesses dos trabalhadores em apresentar propostas capazes de reunir forças políticas que defendam estes interesses. As perdas salariais já são expressivas e, persistindo este quadro, tendem a aumentar ainda mais. Portanto, é hora de reagir.

Carlos Eduardo de Carvalho

unesp Cedap Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa Faculdade de Ciências e Letras de Assis

PT apóia a Chapa 3, "Metalúrgicos da CUT"

A vitória da Chapa 3 Metalúrgicos da CUT representará um golpe decisivo na velha estrutura do peleguismo, amparada hoje na CGT. O Diretório Regional convoca seus militantes a derrotar os aliados dos patrões e do governo.

A vitória da Chapa 3, **Metalúrgicos da CUT,** nas eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, marcadas para os dias 8, 9, 10 e 11 de junho, significará um golpe decisivo na corrente conciliadora, pelega e traidora que atua no movimento sindical e se expressa na CGT.

Na direção do sindicato, desde o golpe de 1964 - quando os militares ali colocaram Joaquim dos Santos Andrade - os pelegos, como cordeiros, têm servido à defesa dos interesses, da política e da ideologia dos patrões e do governo no interior do movimento sindical.

Não é à toa que as eleições dos Metalúrgicos de São Paulo sempre se revestiram da maior importância para todos os meios sindicais, políticos e empresariais. Trata-se da eleição da representação de uma categoria que tem a maior base sindical do país - mais de 370.000 trabalhadores - e cuja produção ou paralisação tem um peso decisivo em toda a economia e política nacionais.

O sindicato, por sua vez, que conta hoje com cerca de 90.000 associados, beneficiando-se da arrecadação fácil do imposto sindical e da taxa assistencial, constituiu-se numa máquina poderosa e milionária aparelhada pelos pelegos, governo e patrões para barrar as lutas dos trabalhadores.

Inimigo

A classe metalúrgica, sem dúvida alguma, já definiu seu inimigo principal. Não é raro ouvirmos, nas portas das fábricas, grupos de trabalhadores colocando a necessidade de "correr com os pelegos do sindicato".

Os metalúrgicos sabem que expulsando o grupo Luís Antonio - Joaquinzão estarão extirpando um mal que se alastra como gangrena no movimento sindical: o divisionismo.

Encastelado há 23 anos no maior sindicato do país, o peleguismo, apesar de haver estacando parcialmente o processo de luta dos trabalhadores, não conseguiu impedir que a conscientização avançasse.

Desde a retomada das lutas de massa, em 1978, e mais especialmente a partir do surgimento da CUT como entidade nacional combativa, os trabalhadores vêm passando por um processo de amadurecimento político que não pode nem deve ser desprezado. Este amadurecimento que já se consolidava através da maioria dos votos de fábricas para a Oposição nas duas últimas eleições, se concretizou definitivamente quando, no 8.º Congresso dos Metalúrgicos, a categoria se opôs radicalmente à proposta de filiação à CGT.

Resposta

Os patrões e o governo estão convictos de que a vitória da Chapa 3 será a resposta dos metalúrgicos à farsa da "Nova República", à crise econômico-financeira e à política de arrocho e de miséria social que implantaram no país.

É tão grande a apreensão da burguesia que o presidente da FIESP, Mário Amato, chegou a apelar para a intervenção direta de Sarney para procurar impedir a vitória da CUT nesta eleição. "Para Amato, a entidade (a CUT) está conseguindo grande infiltração e não pode ganhar as próximas eleições no Sindicato dos Metalúrgicos. Sarney precisa ter uma atitude firme, porém branda, perante esta questão." (**O Estado de São Paulo** - 24/03/87).

O medo da burguesia se justifica, porque a vitória da Chapa 3 vai sim, significar um grande passo da categoria na luta contra o arrocho, a exploração, o pagamento da dívida externa etc. Mais do que isto, será um avanço determinado rumo a sua unificação no campo daqueles que lutam pela autonomia e liberdade sindicais, pela democratização dos sindicatos, pelo fortalecimento da CUT e pela independência da classe trabalhadora.

Francisco Damaso

Chapa 3: companheiros de luta na direção do sindicato

A opinião do PT

*A crítica ao processo de escolha das chapas 2 e 3, o apoio à Chapa **Metalúrgicos da CUT** e a sugestão de um protocolo de intenção para um possível segundo escrutínio foram as principais deliberações do Diretório Regional sobre as eleições no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. A seguir, a íntegra da resolução do DR-PT:*

1. Criticar o processo de escolhas das chapas 2 e 3 que não asseguraram a unidade da força oposicionista à atual diretoria do Sindicato;

2. O Partido dos Trabalhadores apoia a chapa 3 (tirada na Convenção da CUT) para a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de SP e chama todos os seus filiados e simpatizantes a trabalharem pela sua vitória;

3. O Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores apoia a chapa 3 e propõe aos petistas das chapas 2 e 3 a necessidade de estabelecer já um protocolo em relação à tática eleitoral (Luiz Antonio e a CGT são os adversários principais e a chapa 2 está num campo diferente, tendo em sua composição 8 petistas e cutistas) e ao segundo escrutínio. A esse respeito os militantes petistas das duas chapas devem se comprometer a concentrar forças, no segundo escrutínio, naquela que obtiver o maior número de votos no primeiro;

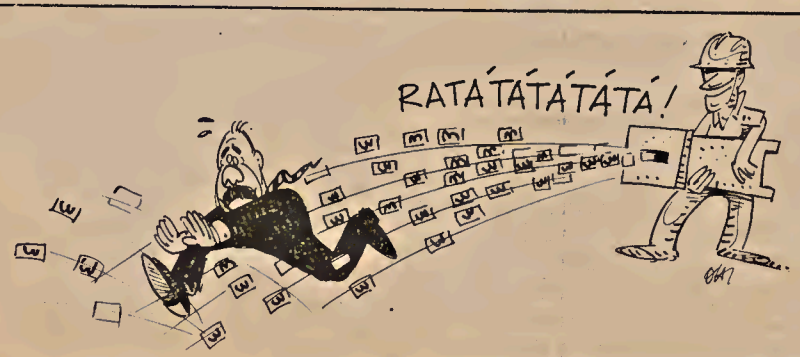
4. O Diretório Regional apoiará e recomendará aos seus filiados e aos simpatizantes do PT na eventualidade de um segundo escrutínio o voto na chapa que estiver em melhores condições de derrotar a chapa 1;

5. Embora o desejável e correto seja que os militantes do PT sigam a orientação a ser adotada pelo Partido, o fato da linha sindical do PT (aprovada em encontro Nacional) não ter sido levada em conta na realização das convenções de escolha de chapa implica na impossibilidade de adotarmos medidas disciplinares em qualquer caso nessas eleições;

6. O Diretório Regional considera que as questões políticas divergentes que vierem à tona no processo eleitoral dos metalúrgicos (o lugar do sindicato dos metalúrgicos como pilar da CGT, relação Partido - Sindicato, aliança no meio sindical etc.) devem ser discutidas em todo o Partido. A Comissão Executiva se encarregará, em conjunto com a Secretaria Sindical, de organizar e preparar essa discussão;

7. Reconhecer a plenária que o Diretório Municipal realizou para definir os passos concretos do Partido rumo à vitória da Chapa 3;

8. Esta resolução deve ser aplicada globalmente, e não apenas em um dos seus pontos.



Assinatura do PT São Paulo

Você receberá o nosso jornal durante um semestre em sua casa, além de contribuir para a consolidação do Partido no Estado.

Nome .....
Endereço .....
Cidade ..... Estado ..... CEP .....
Profissão ..... Fone .....

Preço: Cz$ 50,00 (normal) Cz$ 100,00 (solidária)
Enviar o pagamento através de cheque nominal ao Partido dos Trabalhadores, Rua Treze de Maio, 1.082 - Bela Vista - São Paulo - CEP 01327.

unesp Cedap Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa Faculdade de Ciências e Letras de Assis